

Título	Os Desafios da Distribuidora do Futuro
Veículo	Canal Energia
Data	14 agosto 2015
Autores	Claudio J. D. Sales e Eduardo Müller Monteiro

CanalEnergia.com.br

Artigos e Entrevistas

Claudio Sales e Eduardo Monteiro, do Acende Brasil: Os Desafios da Distribuidora do Futuro

Reconhece-se que o papel das distribuidoras de energia elétrica poderá passar por uma profunda transformação nos próximos anos em função da inserção de geradores nas unidades de consumo e da adoção de veículos elétricos e outras inovações tecnológicas

Claudio Sales e Eduardo Monteiro, do Acende Brasil, para a Agência CanalEnergia, Artigos e Entrevistas
14/08/2015

O setor elétrico está passando ou passará em breve por mudanças que trazem novos desafios para o modelo de negócios da distribuição de eletricidade e para a própria regulação tarifária deste elo da cadeia de valor.

Tais mudanças podem ser agrupadas em três categorias principais: alteração, acompanhada de imprevisibilidade, da composição tarifária; inserção de novos padrões de geração, com o aprofundamento da inserção da geração distribuída; e aceleração da penetração de novas tecnologias, com a consequente alteração na lógica que rege as relações entre geração e consumo.

Em relação à composição tarifária, temos observado no Brasil um crescente estresse relacionado à cobertura de custos de geração devido ao acionamento intensivo de termelétricas. O patamar do despacho distanciou-se de todas as projeções feitas à época da concepção do atual modelo, segundo o qual as distribuidoras assumem imediatamente os custos com geração e transmissão e os repassam, anualmente, aos consumidores, nas datas dos seus reajustes tarifários. Na prática, esse modelo implica que as distribuidoras assumem o descasamento de caixa entre custos mensais e receita anual. Tal descasamento, no entanto, gerou uma exposição financeira sobre as distribuidoras completamente incompatível com seus fluxos de caixa. A realidade tem provado que a política de reajuste anual desses custos não gerenciáveis (Parcela A) não é mais condizente com as condições atuais. Assim, a regulação tarifária precisa ajustar-se para lidar com essas mudanças.

Mirando mais à frente, reconhece-se que o papel das distribuidoras de energia elétrica poderá passar por uma profunda transformação nos próximos anos em função da inserção de geradores nas unidades de consumo e da adoção de veículos elétricos e outras inovações tecnológicas. Essa mudança de base tecnológica levará à migração do fluxo unidirecional atual (consumidores apenas absorvem elétrons da rede) para um fluxo bidirecional (onde consumidores também passam a injetar energia na rede), fenômeno que introduzirá crescente complexidade tanto para o planejamento quanto para a operação dos sistemas elétricos, que passariam a ser "perfeitamente imprevisíveis".

Além disso, a crescente participação de fontes renováveis intermitentes na matriz elétrica tornará cada vez mais importante fomentar o poder de resposta do consumidor. Tudo isso exigirá maior flexibilidade e coordenação tanto por parte das distribuidoras quanto dos consumidores.

Qual é o regime regulatório mais apropriado para diminuir a exposição das distribuidoras às variações da Parcela A? Deve-se pensar em devolver às distribuidoras a responsabilidade pela gestão de seu portfólio de energia ou, no outro extremo, essa responsabilidade deve ser integralmente do governo, que assumiria todos os ônus e bônus dessa gestão? Como lidar com uma base crescente de consumidores off grid? Quais seriam os novos modelos de negócio que se adequam a uma nova realidade caracterizada por maior imprevisibilidade? A adoção de novas estruturas tarifárias e investimentos em redes inteligentes são ferramentas promissoras para lidar com a crescente complexidade que se forma no horizonte?

Essas e outras perguntas serão debatidas por especialistas internacionais e brasileiros no Brazil Energy Frontiers 2015 (www.brazilenergyfrontiers.com), congresso que será realizado nos dias 19 e 20 de agosto em São Paulo.

Claudio Sales e Eduardo Müller Monteiro são Presidente e Diretor Executivo do Instituto Acende Brasil (www.acendebrasil.com.br)

O setor elétrico está passando ou passará em breve por mudanças que trazem novos desafios para o modelo de negócios da distribuição de eletricidade e para a própria regulação tarifária deste elo da cadeia de valor.

Tais mudanças podem ser agrupadas em três categorias principais: alteração, acompanhada de imprevisibilidade, da composição tarifária; inserção de novos padrões de geração, com o aprofundamento da inserção da geração distribuída; e aceleração da penetração de novas tecnologias, com a consequente alteração na lógica que rege as relações entre geração e consumo.

Em relação à composição tarifária, temos observado no Brasil um crescente estresse relacionado à cobertura de custos de geração devido ao acionamento intensivo de termelétricas. O patamar do despacho distanciou-se de todas as projeções feitas à época da concepção do atual modelo, segundo o qual as distribuidoras assumem imediatamente os custos com geração e transmissão e os repassam, anualmente, aos consumidores, nas datas dos seus reajustes tarifários. Na prática, esse modelo implica que as distribuidoras assumem o descasamento de caixa entre custos mensais e receita anual. Tal descasamento, no entanto, gerou uma exposição financeira sobre as distribuidoras completamente incompatível com seus fluxos de caixa. A realidade tem

provado que a política de reajuste anual desses custos não gerenciáveis (Parcela A) não é mais condizente com as condições atuais. Assim, a regulação tarifária precisa ajustar-se para lidar com essas mudanças.

Mirando mais à frente, reconhece-se que o papel das distribuidoras de energia elétrica poderá passar por uma profunda transformação nos próximos anos em função da inserção de geradores nas unidades de consumo e da adoção de veículos elétricos e outras inovações tecnológicas. Essa mudança de base tecnológica levará à migração do fluxo unidirecional atual (consumidores apenas absorvem elétrons da rede) para um fluxo bidirecional (onde consumidores também passam a injetar energia na rede), fenômeno que introduzirá crescente complexidade tanto para o planejamento quanto para a operação dos sistemas elétricos, que passariam a ser “perfeitamente imprevisíveis”.

Além disso, a crescente participação de fontes renováveis intermitentes na matriz elétrica tornará cada vez mais importante fomentar o poder de resposta do consumidor. Tudo isso exigirá maior flexibilidade e coordenação tanto por parte das distribuidoras quanto dos consumidores.

Qual é o regime regulatório mais apropriado para diminuir a exposição das distribuidoras às variações da Parcela A? Deve-se pensar em devolver às distribuidoras a responsabilidade pela gestão de seu portfolio de energia ou, no outro extremo, essa responsabilidade deve ser integralmente do governo, que assumiria todos os ônus e bônus dessa gestão? Como lidar com uma base crescente de consumidores off grid? Quais seriam os novos modelos de negócio que se adequam a uma nova realidade caracterizada por maior imprevisibilidade? A adoção de novas estruturas tarifárias e investimentos em redes inteligentes são ferramentas promissoras para lidar com a crescente complexidade que se forma no horizonte?

Essas e outras perguntas serão debatidas por especialistas internacionais e brasileiros no Brazil Energy Frontiers 2015 (www.brazilenergyfrontiers.com), congresso que será realizado nos dias 19 e 20 de agosto em São Paulo.

Claudio J. D. Sales e Eduardo Müller Monteiro são Presidente e Diretor Executivo do Instituto Acende Brasil (www.acendebrasil.com.br)